



Revista de Administração Pública - RAP

ISSN: 0034-7612

deborah@fgv.br

Escola Brasileira de Administração Pública e
de Empresas

Brasil

Moreira Camara, Leonor

Ecos da contribuição de Guerreiro Ramos para a divulgação da obra de Weber no campo de estudos
organizacionais (EOs)

Revista de Administração Pública - RAP, vol. 46, núm. 1, enero-febrero, 2012, pp. 315-331

Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas

Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=241021977015>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Ecos da contribuição de Guerreiro Ramos para a divulgação da obra de Weber no campo de estudos organizacionais (EOs)

Leonor Moreira Camara
Escola de Administração de Empresas de São Paulo

Em 1946, Guerreiro Ramos publica a resenha “A sociologia de Max Weber — sua importância para a teoria e a prática da administração”, na *Revista do Serviço Público — RSP*. Nela, mais do que apresentar ao leitor a obra de Weber *Economia e sociedade*, com foco em sua metodologia, também procura demonstrar sua aplicabilidade no trato das questões da administração pública e sua relevância num país “culturalmente colonial” como o Brasil. A considerar as especificidades da produção de conhecimento no campo de estudos organizacionais e o fato de Guerreiro Ramos expressar, no ensaio, uma visão que não é a que prevaleceu no campo, mas que é fiel à sociologia compreensiva e à metodologia ideal-típica, cabe aqui o esforço de reiterar o referido trabalho de Guerreiro Ramos a partir da proposição de uma discussão de caráter teórico conceitual com base no conteúdo resenhado relacionado à construção metodológica da crítica ideal-típica.

PALAVRAS-CHAVE: Max Weber; tipo ideal; Guerreiro Ramos; administração pública.

Echoes of the contributions of Guerreiro Ramos for dissemination of Weber's works in the campo of organization studies

In 1946 Guerreiro Ramos published a book review in the *Revista do Serviço Público — RSP*, entitled “The sociology of Max Weber — importance for the theory and practice of administration”. In this article he did more than merely introduce the reader to Weber's *Economy and society*; he also attempted to demonstrate the applicability of this work to the treatment of public administration matters and its relevance to a “culturally colonial” country like Brazil. Considering the specificities of knowledge production in the field of organization studies and that Guerreiro Ramos expressed in his essay a view that did not prevail in this field but that is faithful to a comprehensive sociology and to the ideal-typical methodology, the present article attempts to reiterate the ideas in that book review, bringing to bear a theoretical-conceptual discussion of the content of the book review with respect to the methodological construction of ideal-typical criticism.

KEY WORDS: Max Weber; ideal type; Guerreiro Ramos; public administration.

Artigo recebido em maio 2010 e aceito em maio 2011.

1. Introdução

Segundo Schwartzman (2003), em trabalho que discute a divulgação da obra de Weber no Brasil, foi Guerreiro Ramos, em 1946, quem apresentou ao leitor brasileiro a “análise clássica weberiana sobre a burocracia racional legal”. A referida apresentação ocorreu por meio do trabalho intitulado “A sociologia de Max Weber — sua importância para a teoria e a prática da administração”, realizado com base na tradução do alemão para o castelhano de *Economia e sociedade*, em 1944. A resenha foi publicada pela *Revista do Serviço Público — RSP*, periódico do Dasp, onde Guerreiro Ramos era funcionário, que tinha como público-alvo leitores vinculados ao serviço público. Anos antes de Schwartzman (2003), em 1974, por meio de uma publicação direcionada ao público leitor do campo da administração, Dias (1974) reconhece que coube a Guerreiro Ramos a realização da primeira resenha brasileira de *Economia e sociedade*.

O trabalho, segundo Schwartzman (2003), apresentado como um texto de teoria administrativa “não teria maior repercussão”. O próprio Guerreiro Ramos (1966:37) afirma a falta de repercussão e reconhece que apenas 20 anos depois a obra de Weber começou a ser considerada nos trabalhos de administração.

A referida resenha, bastante didática, cuja temática mais marcante é metodológica, tem como objeto expor ao público da *RSP* algumas categorias fundamentais da obra de Weber, consideradas pelo autor instrumental relevante para o estudo dos problemas administrativos (Guerreiro Ramos, 2006:268). O autor faz uso de fontes secundárias e de várias obras de Weber, além de *Economia e sociedade*, cuja tradução para o espanhol motivou o ensaio.¹

Ainda que a resenha possa ser considerada uma pequena ilustração do pensamento de Guerreiro Ramos, destaca-se aqui a relevância da referida interpretação, pois é a partir dela que Guerreiro Ramos, como sociólogo, edifica sua obra. Ao falar da administração pública, Guerreiro Ramos aborda a dimensão sociológica da administração, que ele vai procurar não apenas destacar para os leitores da *RSP*, mas também demonstrar a aplicabilidade da sociologia compreensiva no trato das questões da administração pública.

A considerar o conteúdo e a falta de repercussão do trabalho publicado em 1946 pela *RSP* no campo de conhecimento afeto às teorias administrativas, a republicação do mesmo trabalho pela mesma revista em 2006 constitui oportunidade de se resgatar o pensamento de Guerreiro Ramos.

Entende-se que mais do que apresentar ao público a interpretação de Guerreiro Ramos, fato que a *RSP* ao republicar o ensaio, em 2006, já contribui bastante, cabe aqui o esforço de reiterá-la apoiado na proposição de uma discussão de caráter teórico conceitual. Para tanto, este artigo, que se apresenta na modalidade de ensaio teórico, tem como objeto uma

¹ São as seguintes as obras listadas como tendo sido utilizadas para a realização do ensaio, além de *Economia e sociedade: História econômica geral, A ética protestante e o espírito do capitalismo*, além de estudos de Parson — “Max Weber and the contemporary political crisis”, publicado no *The Review of Politics*, e de Albert Salomon “Max Weber’s Sociology”; “Max Weber’s methodology” e “Max Weber’s political ideas”, publicados no *Social Research*.

análise da interpretação da metodologia ideal-típica segundo Guerreiro Ramos, tal como ele a expressa na resenha republicada em 2006 pela *Revista do Serviço Público — RSP*, “A Sociologia de Max Weber — sua importância para a teoria e a prática da administração”, publicada originalmente, em 1946, no mesmo periódico. A análise proposta está baseada, principalmente, nas obras de Weber, mas também se respalda na obra de Cohn.

Como procedimento de pesquisa, foi realizada uma análise de conteúdo de enfoque qualitativo da resenha de Guerreiro Ramos republicada em 2006. A análise empírica de cunho qualitativo busca abstrair do conteúdo a presença de um conjunto de características que constituem, na visão do autor, o significado de tipo ideal no contexto da pesquisa e da sociologia compreensiva. A técnica adotada, que visa à promoção da compreensão dos significados manifestos e latentes do material empírico, é a análise representacional. Como indicador tem-se o que é explicitado na comunicação acerca das características acima destacadas (Bardin, 1979).

Entende-se que reproduzir o debate das especificidades do modo de produção de conhecimento do campo de EOs é fundamental para introduzir a referida discussão. Por esse motivo, o trabalho tem início justamente a partir dessa discussão. Posteriormente, é apresentada a metodologia de Max Weber, qualificando, assim, o entendimento do tipo ideal no contexto mais amplo de sua sociologia. Nesse item é apresentada a interpretação de Guerreiro Ramos acerca do tema. Em terceiro lugar, discute-se justamente a construção da interpretação que prevaleceu no campo de EOs. À guisa de conclusão, destaca-se como Guerreiro Ramos vê a aplicabilidade da metodologia nos estudos sobre a administração pública e discute-se a ampliação do debate acerca da produção de conhecimento em EOs.

2. A crítica à produção de conhecimento em estudos organizacionais: dos levantamentos ao campo

O campo de estudos originado da confluência de várias disciplinas, estudos organizacionais — EOs, segundo Fischer (2003), respaldado por diversos autores que já discutiram a questão, desde sua origem, caracteriza-se por ser fragmentado, polissêmico e híbrido. Mais especificamente, Fischer refere-se a “hibridismo multidisciplinar, polissemia pelos vieses pluriparadigmáticos que comporta a fragmentação de critérios, tanto para a seleção de conteúdos quanto para os modos de pensar e de produzir conhecimento” (Fischer, 2003:50).

Ainda que a diversidade seja uma das características recentemente adquiridas pelo campo de estudos organizacionais (Fischer, 2003), a perspectiva da organização como socialmente construída representou uma nova possibilidade de produção do saber sobre organizações; mas como a perspectiva econômica da organização continua a prevalecer, a crítica ou o saber produzido acaba sendo incorporado à ortodoxia (Marsden e Townley, 2001:52).

Quanto às características da produção do conhecimento de EOs, segundo Burrell e Morgan (1979), destacam-se a concepção positivista de ciência e de orientação estrutural funcionalista assim como a preponderância da economia sobre as demais disciplinas das

ciências sociais. Essas características hegemônicas imprimiram aos EOs diversidade de enfoques de pesquisa com prevalência da razão instrumental e da perspectiva analítica baseada na escolha racional.

Nesse contexto cultural, Burrell e Morgan (1979) identificam o conservadorismo e a atitude gerencialmente orientada dos teóricos. Estas características de EOs, entende-se, foram moldadas mediante estudos do chamado gerenciamento científico, cujo valor central diz respeito à racionalidade econômica e à gestão dos meios com vistas à eficiência.

Para Marsden e Townley (2001), a superação do impasse dá-se mediante o enfrentamento de questões centrais à organização, associadas à ética e ao comportamento moral, mas que não vêm sendo enfrentadas pelos pesquisadores do campo. Para a realidade brasileira, entende-se, o impasse é maior, pois implica questionar também a capacidade de crítica ao que se assimila como conhecimento científico, assim como sobre sua própria produção.

Quanto à produção nacional, segundo os autores que realizaram a crítica da produção de conhecimento científico em EOs, a baixa capacidade de teorização é apontada como fragilidade a ser superada. A baixa capacidade de teorização foi apontada como problema desde os primeiros trabalhos, no início dos anos 1990, e hoje encontra-se inserida na discussão mais ampla do campo. Nos trabalhos mais recentes de crítica à produção de conhecimento em EOs, surge a preocupação com o campo propriamente dito em suas dimensões institucionais, culturais, entre outras, qualificando a crítica acerca de sua produção.

Destaca-se aqui o trabalho de Bertero, Caldas e Wood Jr. (1999), no qual os autores, com base em um estudo sobre a produção nacional, discutem a qualidade da pesquisa e concluem ser ela “periférica, epistemologicamente falha, metodologicamente deficiente, sem originalidade e prática, em grande escala, mimetismo mal informado” (Bertero, Caldas e Wood Jr, 1999:148).

Entende-se que estudar a produção exclusivamente pelas orientações teóricas ou pelo método, também isoladamente, tal como no trabalho de Bertero, Caldas e Wood Jr. (1999), ainda que seja passo importante e necessário para conhecê-la, não é suficiente, pois se entende que a produção do saber envolve o processo de pesquisa como um todo, assim como dimensões outras que caracterizam o campo do saber.

Os trabalhos críticos relacionados à produção de conhecimento em EOs a partir de 2000, aproximadamente, tendem a considerar dimensões mais amplas que trabalhos publicados anteriormente e apontam para a construção do conhecimento no contexto do campo no qual o conhecimento é produzido. Destacam-se aqui trabalhos que valorizam o rigor metodológico associado a algumas dimensões inerentes ao campo de EOs — instituições, fomento, grupos e cultura de pesquisa, formação do pesquisador etc. —, como Fachin e Rodrigues (1998), Giroletti (2000), Fischer (2003) e Misoczky (2004).

Problemas identificados por Fachin e Rodrigues (1998) quanto à teorização em EOs referem-se às posturas culturais como a prática de importação de conhecimento e de formação de competências para a avaliação crítica de sistemas teóricos e do processo de pesquisa como um todo, assim como o desenvolvimento de habilidades para pô-las em prática.

Giroletti (2000:6) chama a atenção para a necessidade de se conhecer a própria realidade do campo de EOs, pois, em sua avaliação das pesquisas críticas realizadas sobre o estado da arte

em EOs, no Brasil, aponta problemas sérios de ordem teórica e metodológica dos mesmos, de cuja solução, segundo o autor, depende a consolidação do próprio campo de EOs no país.

Fischer (2003:50) respalda-se em estudos já realizados, que refletem sobre a identidade do campo de EOs como área de conhecimento. A reflexão da autora associa a área de conhecimento à matéria de ensino, ambas interagindo, e amplia o debate para a “comunidade de interesse”, com ênfase nas dimensões estruturantes da realidade. As características do campo, identificadas por Fischer (2003), são destacadas como desafio na introdução deste trabalho. Os trabalhos de Fischer (2003), assim como os de Roesch (2003), fazem referência à “comunidade” de estudos organizacionais, como entendimento ampliado do campo de EOs. Misoczky (2004) também aponta para a constituição de uma “comunidade” como passo necessário para a superação das condicionantes estruturais presentes no campo, que atuam em sua produção.

A “comunidade”, naquilo que favorece a qualidade do trabalho científico, é dimensão reflexiva que deve estar associada à crítica da produção científica, conforme Roesch (2003). Nesse sentido, a autora aponta a necessidade da criação de uma comunidade e a valorização do rigor metodológico como caminho a seguir.

O enfrentamento dos problemas apontados ao passar pela discussão da categoria “comunidade”, conforme indicado pelos autores, revela uma opção de ação e reflexão; mas, como as referências à “comunidade” são alusivas apenas, entende-se que seriam necessárias maiores informações a respeito do entendimento dos autores acerca da categoria. A relevância de tal discussão decorre do fato de que teorizar é parte da reflexão sobre o campo de conhecimento.

Noção complexa, “comunidade científica”, deve ter seu debate estruturado cientificamente, pois o conhecimento é ele mesmo objeto da ciência e sua produção e contexto social são vistos de forma bastante diversa; por exemplo: Merton refere-se à comunidade; Bourdieu, ao campo científico; Karin Knorr-Cetina, às arenas transepistêmicas e Latour, às *networks*.

Nesse contexto destaca-se a necessária abordagem epistemológica, pois ao mesmo tempo que possibilita ao pesquisador romper com prenótes, permite elaborar questionamentos acerca da produção do conhecimento e, com base na reflexão e na troca interdisciplinar, gerar possibilidades de inclusão de conteúdos sociais e culturais e interpretações que valorizam o sujeito da ação (Bruyne, Herman e Schoutheete, 1977).

A teorização é a própria razão de ser da pesquisa científica, segundo Demo (2005). Em trabalho a respeito do significado da ação de teorizar, Demo coloca o método a serviço do sujeito da ação de refletir, o cientista. Teorizar, segundo o autor, além de procedimento formal, é procedimento cultural e histórico e, portanto, dinâmico. Teorizar, *grosso modo*, é o esforço de ordenamento autorreferente, que busca regularidade, resultante de uma determinada interpretação da realidade, esta circunscrita à possibilidade de manejo pelo método. A reflexão crítica sobre a pesquisa é parte da ação de teorizar, segundo Bruyne, Herman e Schoutheete (1977:30); daí seu entendimento da prática metodológica não se limitar a instrumentalizar a produção de resultados, mas ser inerente ao próprio processo de pesquisa.

A teorização é tida como problema em EOs mediante a qualidade do que se produz, segundo indicam, de uma forma geral, os autores que realizaram a crítica da produção de co-

nhecimento, acima referidos; em específico, Bertero, Caldas e Wood Jr. (1999). Os trabalhos críticos realizados mais recentemente já destacados como os de Fachin e Rodrigues (1998), Giroletti (2000), Fischer (2003) e Misoczky (2004), ampliaram a dimensão da teorização como problema ao não dissociarem a qualidade da produção do campo de conhecimento no qual ela é gerada, aproximando-se das concepções de Demo (2005) e de Bruyne, Herman e Schoutheeete (1977), já mencionadas. Esse é o entendimento de Bourdieu (2004), para quem o conhecimento deve ser compreendido tendo-se em conta a especificidade do campo, definido, segundo Bourdieu, apoiado no “contrato tácito, inseparavelmente político e cognitivo, que funda e rege o ‘trabalho de objetivação’” (Bourdieu, 2004:33), assim como por sua dinâmica de produção.

À luz desta exposição acerca da teorização como problema, discussão que, entende-se, deve necessariamente estar inserida numa discussão mais ampla acerca das condições institucionais de sua realização e considerando-se o objeto deste artigo, discute-se a seguir a contribuição de Guerreiro Ramos para a divulgação no campo de EOs da metodologia ideal-típica, tal como desenvolvida por Weber.

3. Compreensão e tipo ideal

Guerreiro Ramos apresenta Weber ao público da *RSP*, em 1946. Ramos enfatiza os aspectos teóricos e metodológicos reconhecidamente importantes para a teoria e a prática da administração. O trabalho está estruturado, principalmente, em um conjunto de conceitos relacionados à compreensão e à metodologia ideal-típica. Outros tópicos não relacionados diretamente à construção dos procedimentos metodológicos ideal-típicos, como sociologia do partido político, a ética da responsabilidade e a teoria do capitalismo, também abordados pelo autor, em decorrência do objeto deste artigo, não são aqui considerados.

Guerreiro Ramos inicia seu trabalho discorrendo acerca do significado de ciência no contexto da sociologia comprensiva. Para Guerreiro Ramos, trata-se de pôr em evidência as limitações do normativismo e possibilitar uma atitude científica do mundo (Guerreiro Ramos, 2006:268).

O método ideal-típico é apresentado no contexto da sociologia comprensiva, como método próprio de investigação. É exposto em oposição ao normativismo e à respectiva ideia de ciência, ideia esta diversa da desenvolvida na sociologia comprensiva. Esta implica reconhecer, conforme aponta Guerreiro Ramos (2006:269), que “a ciência não é cópia da realidade, de que nosso conhecimento da realidade é, portanto, necessariamente limitado e imperfeito”. O autor destaca a ruptura com a ideia socrática de ciência que, segundo ele, pressupunha “uma relação conatural entre o indivíduo e o universo”, pois “o espírito humano e o mundo são inconversíveis” (Guerreiro Ramos, 2006:270). Para Guerreiro Ramos, em Weber, “importa menos conhecer a forma ou a substância do universo do que conhecer como podemos dominá-lo ou conjurar a sua irracionalidade” (Guerreiro Ramos, 2006:270).

Passo seguinte, a definição de tipo ideal. Guerreiro Ramos o faz destacando ser uma ficção heurística elaborada pelo cientista “com a qual o cientista ordena uma série de aspectos recorrentes da realidade [...] Conceito tecnicamente elaborado, não se trata de um achado nem de uma descoberta” (Guerreiro Ramos, 2006:269). “São meras convenções, meras hipóteses de trabalho com que opera o cientista [...] a ordem típico-idealmente construída é uma ordem arbitrária imposta ao mundo histórico” (Guerreiro Ramos, 2006:270).

Quanto à operação de construção de tipos-ideais, destaca-se a imputação, pelo cientista, de uma finalidade, e somente os aspectos significativos com referência a este fim (Guerreiro Ramos, 2006:269-270). O autor descreve algumas das principais características dos três tipos-ideais de dominação desenvolvidos por Weber.

Inerente ao método da sociologia comprensiva e sua operação, está o conceito de ação, também destacado por Guerreiro Ramos em seu ensaio no contexto de uma discussão sobre racionalidade e racialização. O conceito de ação é apresentado conjuntamente com a atribuição de sentido. Guerreiro Ramos cita esta passagem de Weber: “a ação social’ é portanto uma ação onde o sentido intencionado por seu sujeito ou sujeitos está referido à conduta de outros, orientando-se por esta em seu desenvolvimento” (Guerreiro Ramos, 2006:271). Também citando Weber, Guerreiro Ramos destaca que “toda conduta que se integra numa conexão de sentido é racional com referência a este sentido” (Guerreiro Ramos, 2006:271). Não se trata, portanto, segundo Guerreiro Ramos, de algo dogmático, mas sim de algo que tem por objetivo um valor ou um fim.

O trabalho de Guerreiro Ramos (2006), conforme afirma Dias (1974), vai além da resenha ao expor a teoria weberiana; contudo, em sua exposição ao discutir racionalidade e racialização, apresenta a categoria ação como central, e não a categoria relação social. Conforme será desenvolvido a seguir, a categoria interação social é a chave interpretativa do individualismo metodológico e da crítica ideal-típica.

No contexto da sociologia comprensiva, a ação social deve estar vinculada ao contexto de encadeamento de ações que sejam reciprocamente referidas e de cujo sentido os agentes são portadores. Destaca-se primeiramente que, em Weber, o conceito de ação refere-se ao comportamento do agente, relacionado (por este) a um sentido subjetivo. Já a ação social refere-se à ação cujo sentido é orientado pelo comportamento de outros agentes. Para Weber, a ação social pode ser determinada de modo racional, referente a fins, e de modo racional, referente a valores, e denomina o contexto da ação de “situação”, vinculando-o à sua racionalidade — ação racional como controle da relação meios/fins (Weber, 2000).

Seu pressuposto é o de que a ação é passível de ser explicada científicamente como consequência de ser previsível e compreensível. Destaca-se que, em Weber, compreensão significa a “apreensão interpretativa do sentido ou da conexão do sentido” (Weber, 2001:404), entendendo-se por sentido da ação “a representação que [...] o agente tem do curso da sua ação e que comanda sua execução” (Cohn, 2000:14), representação esta que limita seu próprio campo de opções de ação.

Para Cohn (1979), devido à ênfase que se dá ao conceito de situação, a análise weberiana vincula-se mais fortemente à relação social do que à ação. É com base na interação

social — entendida por Weber como “comportamento reciprocamente referido quanto a seu conteúdo de sentido por uma pluralidade de agentes e que se orienta por essa referência” (Weber, 2000:16) — que as condições para compreensão das regularidades buscadas entre a ação e a situação podem, no âmbito cotidiano e pela experiência primária, ser empiricamente observadas (Winckelmann, 1976:29).

É importante considerar que, em decorrência dos valores, o agente atribui significado à ação. Portanto, a ação expressa o modo como o agente representa para si os motivos (razão de um comportamento quanto ao seu sentido), meios e fins da ação. Acrescente-se que, para Weber, os valores podem expressar a dominação nas relações sociais, por intermédio da crença na legitimidade da dominação, e que esta se vincula ao poder (Weber, 2000:141).

O indivíduo weberiano, em decorrência dos valores, é capaz de dotar suas ações de sentido (Cohn, 1979), ou seja, trata-se de um sujeito ético/moral, que expressa seus conteúdos morais nas condutas. Em Weber, ações são socialmente orientadas e vinculadas às situações objetivas (objetivadas) que as condicionam, cujas manifestações tipificadas constituem o empírico da construção teórica e metodológica do autor.

A noção de individualismo metodológico, em Weber, decorre de o autor considerar que não se pode presumir a existência de estruturas distintas dos sentidos a elas atribuídos pelos indivíduos (Cohn, 1989), ou seja, não existe a procura por leis gerais nem conceitos coletivos. Os sentidos, entendidos como móbil intencional e subjetivo da ação, são históricos e suas expressões no campo da ciência referem-se não àquilo que é singular, mas àquilo que se repete e ao que é passível de ser exemplificado numa realidade típica, não se referindo, portanto, à subjetividade singular do indivíduo, mas sim às restrições da ação. Este é o motivo de o ponto de partida da sociologia empírica de Weber ser a ação potencialmente racional do indivíduo, a partir do sentido que ele mesmo lhe dá, segundo suas motivações e em referência aos outros indivíduos (Weber, 1979).

Quanto à concepção ideal-típica, Guerreiro Ramos enfatiza sua dimensão conceitual ao inseri-la no contexto de determinada prática de ciência e quando relaciona os conceitos a ela associados. Enfatiza também sua dimensão operativa, quando associa a concepção ideal-típica a certas operações relacionadas ao conceito, por exemplo, os tipos de dominação.

Ainda que Guerreiro Ramos, conforme destaca Dias (1974), tenha feito mais do que chamar a atenção para a obra ao expor, na resenha, a teoria, destaca-se que o gênero textual resenha apresenta um determinado propósito comunicativo, uma introdução do leitor à obra resenhada, assim como organização específica (Bezerra, 2000). Ainda que preocupado em divulgar a obra de Weber, Guerreiro Ramos expressou sutilmente, em sua discussão metodológica, preocupações a respeito da apropriação da metodologia ideal-típica. A seguir, são apresentadas as dimensões éticas da crítica ideal-típica, como procedimento de aprofundamento das preocupações expressas por Guerreiro Ramos.

Weber (1979:115) vê o “tipo ideal como uma construção intelectual destinada à medição e à caracterização sistemática das relações individuais, isto é, significativas pela sua especificidade”. Percebe-o também, por outro lado, como “uma tentativa para apreender os indivíduos históricos” (Weber, 1979:109). E é justamente nesta dinâmica entre o conceito e os

indivíduos históricos que a definição de tipo ideal se esclarece como modo de elaboração de um conceito baseado em uma realidade singular e que, por critérios de científicidade, deve-se generalizar.

Trata-se de um quadro de pensamento, e *não* da realidade histórica, e muito menos da realidade “autêntica”, e não serve de esquema no qual se pudesse incluir a realidade à maneira de *exemplar*. Tem antes o significado de um conceito limite puramente ideal, em relação ao qual se *mede* a realidade a fim de esclarecer o conteúdo empírico de alguns de seus elementos importantes, e com o qual é *comparada*. Tais conceitos são configurações nas quais construímos relações, pela utilização de categorias da possibilidade objetiva, que a nossa *imaginação*, formada e orientada segundo a realidade, *julga* adequadas. [...] Nesta função, o tipo ideal é acima de tudo uma tentativa para apreender indivíduos históricos ou os seus diversos elementos em conceitos genéticos. (Weber, 1979:109) (grifos e aspas do original)

Referência conceitual construída, apoiada em um conjunto de relações metódica e empiricamente observáveis, no âmbito de um determinado fenômeno considerado significativo, o tipo ideal propõe-se a ordenar o pensamento do observador e, portanto, formar juízos. Não se confunde com o dever ser, nem com modelos; trata-se de construção abstrata, histórica em sua origem, sendo referencial por meio do qual um determinado conteúdo empírico é comparado e indivíduos históricos são apreendidos (Weber, 1979:109). Por referir-se às condutas dos indivíduos, o tipo ideal possui, portanto, significações morais. Cohn (1979) chama a atenção para o tipo ideal da dominação burocrática e, segundo o autor, “o fato de ser intrinsecamente histórico na sua construção não implica que ele se confunda com a história empírica” (Cohn, 1979:134), ou seja, moldura do pensamento e não da realidade, não se presta a referenciar exemplarmente a realidade. Conceito-limite, Weber o entende como:

Puramente ideal, pelo qual é avaliada a realidade para clarificar o conteúdo empírico de alguns de seus elementos importantes e com o qual ela é comparada. Tais conceitos são imagens nas quais, utilizando a categoria de possibilidade objetiva, construímos relações que nossa *imaginação*, formada e orientada a partir da realidade, julga como adequadas. (Weber, 1965, apud Bourdieu, 1999)

Construto, logicamente consistente, que contém características inter-relacionadas de situações concretas consubstanciadas em categoria hipotética, o tipo ideal não pretende descrever a realidade nem quando “puro”, o que pode ser observado empiricamente. Na sociologia de Max Weber, o tipo ideal tem como objetivo a explicação causal dos acontecimentos históricos. Entre suas características, segundo Villar (1987), destaca-se que é ideal no sentido lógico e não em sentido ético; é uma forma de acentuar a realidade percebida pelo observador e, portanto, não esgota a realidade empírica; cumpre as funções de fornecer um caso limitativo e de esquematizar as classificações, comparações e generalizações; é objetivamente possível; é subjetivamente significativo; e é analítico quanto ao método e deve consubstan-

ciar-se naquilo que é essencial e objetivo na explicação causal, aqui entendida como campo de possibilidades.

Na prática, relacionado estrita e explicitamente a valores de escolha do pesquisador, traços característicos a determinado fenômeno, decorrente de determinada problemática, são selecionados e levados a extremos e passam a compor, por intermédio de conexões causal-significativas, uma totalidade também significativa, que resulta numa representação sobrerreal, numa descrição extremada para melhor observação do fenômeno (Bruyne, Herman e Schoutheete, 1977:180-183).

A ação significativa, na qual se insere a construção do tipo ideal, não está coadunada com a universalização dos achados empíricos, mas sim com a descrição, a construção de sistemas de relações ou objetivação de condutas, naquilo que têm de típico e segundo as necessidades da investigação. Sua adoção pelo pesquisador é bem menos pretensiosa, pois se trata de procedimento experimental que não pretende esgotar a compreensão do fenômeno, resultando daí seu papel operatório. Sua função na pesquisa depende do momento de sua aplicação. Segundo Bruyne, Herman e Schoutheete (1977), as possibilidades são as seguintes: função semântica, designando um conjunto nocional complexo; função teórica, pois porta valor explicativo e preditivo; e função heurística.

Quanto à construção do tipo ideal, no contexto de determinada problemática de pesquisa e com referência a valores, ordena-se a realidade com fundamento na seleção de um fenômeno significativo (cultural) e singular, em específico, quanto à adequação da ação entre meios e fins. Identificam-se as de categorias típicas, que comporão o quadro de pensamento, relacionadas ao “dever ser”, entendido como objetivamente possível. Composto, o tipo ideal distancia-se da realidade e se consubstancia num instrumento para formulação de hipóteses interpretativas que, verificadas empiricamente, possibilitam a explicitação do que é, empiricamente, o “dever ser”, ou seja, o “ser”, no que tange ao fenômeno estudado, tornando possível a visualização da (in)adequação da ação quanto aos meios e aos fins e das conexões causais concretas (Weber, 2001).

Em suma, recurso metodológico construído no contexto das ciências histórico-sociais, entendido como um guia para a construção de hipóteses a serem verificadas, o tipo ideal, tal como concebido por Weber no contexto de sua sociologia comprensiva, visa à objetivação de condutas reais, éticas/morais. Weber buscava, segundo Bendix (1996), o que realmente acontece em uma comunidade devido à probabilidade de que as pessoas considerem certas normas como válidas e de que ajam de acordo com elas.

3.1 Do tipo ideal ao modelo weberiano

Ainda em seu tempo, Weber expressou preocupação com os usos do recurso metodológico ideal-típico. Em suas palavras:

A redução da realidade com ideias de valor que lhe conferem uma significação, assim como o sublinhar e ordenar os elementos do real matizados por esta relação sob o ponto de vista de sua

significação cultural, constituem perspectivas completamente diferentes e distintas da análise da realidade levada a cabo para conhecer as suas leis e para ordená-las segundo conceitos gerais. Ambas as modalidades de pensamento ordenador do real não mantêm entre si nenhuma lógica necessária. (Weber, 2001:128)

A preocupação de Weber foi reiterada por outros, inclusive seus críticos, como Gouldner (1948). Mais recentemente, autores como Bendix (1996) e Bourdieu (1999), ambos traduzidos para o português, chamam a atenção para os perigos de se considerar o tipo ideal como um fim em si mesmo, “à maneira de uma amostra reveladora que bastaria copiar para conhecer a verdade de todo o conjunto” (Bourdieu, 1999:66).

Guerreiro Ramos (1946) expressou preocupações quanto ao uso do tipo ideal: “não será demais repetir que o que se espera conseguir com a criação de tipos ideais, como os que acabamos de expor é, apenas, ‘um rendimento sistemático’. Nunca se poderá encontrar na realidade uma forma histórica que seja uma ilustração pura de um tipo ideal” (Guerreiro Ramos, 2006:274). Outros dois autores bastante citados em EOs também expressaram a mesma preocupação. Na década de 1970, Tragtenberg (1980:X), também em trabalho que busca apresentar Weber ao leitor, diz não se tratar, o tipo ideal, de conceituação generalizadora. “... não constitui nem uma hipótese nem uma proposição....”. Na década de 1980, Motta (1986) chamou a atenção para o uso do tipo ideal como tecnologia administrativa. Segundo esse autor, “como um conjunto de normas explicitadoras do bem administrar, capazes de livrar as organizações das ‘irrationalidades’, introduzidas pelo fator humano” (Motta, 1986:80). Interpretação que, segundo o autor, não condiz com a intenção original de Weber.

Mais recentemente, autores muito citados em EOs, como Marsden e Towley (2001) e Burrell e Morgan (1979), também o fazem, sem que haja maiores reflexões a respeito da contribuição de Weber para EOs. Há que se destacar ainda que a obra *Metodologia das ciências sociais*, na qual Weber expõe suas reflexões acerca do que se deve entender por tipo ideal e seus modos de operação, foi traduzida para o português, diretamente do original, em 1973.

Ainda que os autores acima reforcem as ideias originais de Weber, interpretando a construção ideal-típica no contexto compreensivo e como ferramenta de pesquisa, destacam-se também outros que, a partir de concepções distintas de ciência, o reinventaram, apesar da advertência de Weber acima referida. A leitura de Parsons da obra de Weber é paradigmática nesse sentido.

Segundo Marsden e Townley (2001:8), referindo-se a Weiss (1983), Parsons descharacterizou a perspectiva da dominação e controle pensadas originalmente por Weber e favoreceu as perspectivas de liderança e coordenação, mais ajustadas às suas reflexões sobre as interfaces entre estrutura social e função, associadas ao equilíbrio. Cohen (1975) vai além ao identificar uma verdadeira reconstrução da sociologia de Weber por Parsons quando este interpreta a ação social e a dominação em Weber de uma perspectiva eminentemente normativa e não substantiva, como Weber propôs. A referida interpretação, entende-se, teve importante papel na “transformação” do tipo ideal de dominação legal em “modelo de burocracia” e na identificação de Weber como teórico da burocracia.

Amplamente reiterada nos trabalhos de sociologia das organizações, a interpretação de Parsons encontrou campo fértil no racionalismo que já prevalecia nas origens do campo de conhecimento (administração) cuja perspectiva é o *homo oeconomicus*, e cuja percepção de organização tende para a valorização da técnica administrativa associada ao desempenho e ao projeto estrutural como neutros e portadores de valores universais a serviço da eficiência. Autores como Kast e Rosenzweig (1976), March e Simon (1966) e Blau e Scott (1970), de reconhecida influência no campo, consideram a contribuição de Weber como formalista e prescritiva e o consideram um autor “clássico” da Escola Estruturalista de Administração, juntamente com Selznick e Merton, próximo à Escola da Administração Científica, representada por Taylor, Gulick e Fayol.

Udy Jr.(1959) justifica a aplicabilidade do tipo ideal como modelo por entender que tipos ideais não possibilitam aproximações com a realidade empírica e, ao mesmo tempo, por entender que seus atributos apresentam potencial de uso em trabalhos empíricos, desde que transformados em variáveis no âmbito da constituição de um modelo.

Pugh e colaboradores (1968), que estabeleceram as bases da Escola de Aston, partiram do mesmo problema metodológico identificado por Udy Jr. (1959), ou seja, segundo um determinado entendimento do tipo ideal de Max Weber, propuseram viabilizar a aplicabilidade do tipo ideal de dominação burocrática. Para tanto, segundo Marsden e Townley (2001), os autores trataram as características que compõem o tipo ideal como variáveis, transformaram as características históricas selecionadas por Weber para compor o tipo ideal em hipóteses a serem testadas e pretenderam, como resultado, a definição de um modelo conceitual de análise das organizações.

A transmutação de características do tipo ideal de dominação burocrática em variáveis, componentes de um modelo, constitui-se em operação válida com base em recurso da analogia. Para Nagel (1961:109), a analogia constitui-se em recurso cognitivo da explicação científica, situando-se, a referida operação, no contexto da explicação definida pelo autor como:

Intenção de compreender o não conhecido em termos do conhecido, na medida em que a construção e o desenvolvimento de sistemas explicativos se fazem regularmente, pelo desejo de se descobrir e utilizar analogias estruturais entre os fenômenos em investigação e outros já conhecidos. (Tradução da autora)

Mais especificamente, uma analogia formal, pois a referência difere de forma radical do modelo que se deseja construir. Segundo Nagel, “nas analogias formais, o sistema que serve como modelo para construir uma teoria é alguma estrutura já conhecida de relações abstratas” (Nagel, 1961:111). Na familiaridade está seu perigo, pois oculta a relação que se estabelece entre o conceito e a realidade; mas, também na familiaridade está seu valor, como ferramenta intelectual (Nagel, 1961).

Acrescente-se que o modelo concebido por analogia exige procedimentos de caráter lógico-científico que o insira no contexto da teorização, pois não se trata de teoria, mas sim “regularidade de dados que exigem uma teoria para explicá-los” (Turner, 1999:242).

Ao possibilitar, como dimensão da teorização, a formação de um conjunto coerente e articulado de representações no contexto da dinâmica da pesquisa científica, de modo que este conjunto possa organizar, mensurar, implicar, explicar, predizer e transformar a realidade que representa (Giere, 1999; Adúriz-Bravo, 1999), o instrumento expressa seu valor.

Modelos científicos inserem-se numa dimensão discursiva sobre a realidade, na qual a explicação caracteriza-se por ser teleológica, e a causalidade pensada mediante um sistema de “proposições analíticas (axiomas) totalmente explicitadas, colocadas como hipóteses-postulados a partir das quais todas as proposições teóricas podem ser construídas segundo os cânones da lógica dedutiva”. Por outro lado, na compreensão, a explicação é não telcológica, e a causalidade diz respeito à “significação dos fenômenos compreendidos como totalidades por um sujeito” (Bruyne, Herman e Schoutheete, 1977:165-166). Trata-se, pois, de escolhas não apenas distintas, mas, sobretudo, excludentes.

Atribuir ao tipo ideal de dominação burocrática características de modelo é operação que desconsidera todo o contexto teórico conceitual no qual foi construído e onde faz sentido; por isso, entende-se ser uma verdadeira transmutação. Nominar o modelo de “weberiano”, entende-se, é atribuir ao autor intenção que ele não teve. Pode-se também aventar a possibilidade de que tal procedimento tende a não favorecer o entendimento dos pressupostos epistemológicos da obra de Weber, o contexto de sua produção e ainda a visualização das incongruências entre os contextos teóricos envolvidos. Há ainda que se considerar, conforme já expresso por Bendix (1996), a dimensão ideológica do fato de o tipo ideal ser confundido com a realidade, e vice-versa, assim como a generalização da experiência histórica.

Por fim, tem-se que a contribuição de Max Weber para os EOs, no que se refere especificamente ao tipo ideal de dominação legal, ainda está por ser realizada. É justamente no sentido de contribuir para a divulgação da obra de Weber no campo de EOs que reside a importância simbólica da resenha de Guerreiro Ramos.

4. À guisa de conclusão

Este artigo primeiramente problematizou a produção de conhecimento no campo de EOs, onde se constata a prevalência da hegemonia da perspectiva analítica baseada na escolha racional, que faz com que o potencial transformador da perspectiva da organização como realidade socialmente construída seja inócuo.

Destacou-se como possibilidade de superação de tal realidade uma abordagem ética acerca do objeto organização. No bojo desta discussão, distinguiu-se a produção nacional de conhecimento no campo de EOs, ressaltando basicamente dois momentos. Primeiro, a crítica acerca da baixa capacidade de teorização; e, posteriormente, seu aprofundamento, ou seja, a incorporação a esta crítica de dimensões estruturais e estruturantes da organização do campo de conhecimento.

Destacou-se também uma visão qualitativa da produção de conhecimento entendida como processo político cognitivo, assim como uma visão qualitativa da ação de teorizar enten-

dida como atividade dinâmica que pressupõe que o método esteja a serviço do sujeito e que seja, ele mesmo (o método), objeto de reflexão.

Procurou-se ilustrar tal entendimento baseando-se na resenha de Guerreiro Ramos “A sociologia de Max Weber — sua importância para a teoria e a prática da administração”, publicada originalmente em 1946. Destacou-se que Guerreiro Ramos, fiel à sociologia compreensiva e à metodologia ideal-típica, expressa no texto uma visão da obra de Weber que não é a que prevaleceu no campo e expressa também preocupações a respeito de sua apropriação da metodologia ideal-típica.

Procurou-se desenvolver, neste artigo, o significado de tipo ideal apoiado em uma discussão das principais categorias da sociologia compreensiva para, posteriormente, discutir a interpretação que criou o “modelo weberiano de burocracia”. Tem-se que a contribuição de Max Weber para EOs, no que se refere especificamente à crítica ideal-típica, ainda está por ser realizada e que a voz de Guerreiro Ramos é voz importante para a concretização de tal feito.

A considerar os autores nacionais, destaca-se que Guerreiro Ramos não está só. Outros autores, também bastante citados em EOs, como Motta e Tragtenberg, expressaram as mesmas preocupações.² Não se pretende, aqui, discutir os motivos; eles já estão de alguma forma insinuados quando se fala em campo de conhecimento na perspectiva colocada por Bourdieu. Daí a importância dos estudos acerca da produção de conhecimento que considerem suas dimensões políticas e culturais, nas quais se deve, necessariamente, incluir questões tais como o campo apropriado e reproduzir conhecimentos. Além de estabelecer sua crítica.

Em sua resenha, Guerreiro Ramos aponta as potencialidades da aplicação da metodologia ideal-típica. Não se trata, contudo, de uma visão restrita ao método, mas de um entendimento que o situa no contexto de uma determinada concepção de ciência, a qual define como antissocrática, por assumir não ser, a ciência, uma expressão da verdade. Para o autor, trata-se de intervir na realidade fundamentada na crítica ideal-típica das instituições (Guerreiro Ramos, 2006:274-275), com foco específico na análise do “sistema administrativo”. Contudo, trata-se de uma intervenção sistemática, ou seja, não reduzida ao uso casual de referências e citações. Para o autor, era especialmente importante a crítica ideal-típica, dado o rigor do método, em um país “culturalmente colonial” como o Brasil.

Referências

ADÚRIZ-BRAVO, A. Elementos de teoría y de campo para la construcción de un análisis epistemológico de la didáctica de las ciencias. Tesis (maestría) — Universitat Autònoma de Barcelona, 1999.

² Guerreiro Ramos não foi o único a divulgar, para o leitor brasileiro, a concepção do tipo ideal aplicada por Weber, no contexto de sua sociologia compreensiva. Foi o primeiro. Destaca-se também Tragtenberg, autor também bastante considerado em estudos críticos. Tragtenberg (1980), em trabalho que apresenta a obra de Weber publicada na coleção Os Pensadores, discorre acerca da metodologia ideal-típica, no contexto da sociologia compreensiva de Weber.

- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1979.
- BENDIX, Reinhard. *Construção nacional e cidadania: estudos de nossa ordem social em mudança*. São Paulo: Edusp, 1996.
- BERTERO, C.O.; CALDAS, M.P.; WOOD JR., T. A produção de conhecimento científico em administração no Brasil. *RAC*, v. 3, n. 1, jan./abr. 1999.
- BEZERRA, Benedito Gomes. A organização retórica de resenhas acadêmicas. *Linguagem em (dis)curso*, Tubarão, v. 1, n. 1, 2000.
- BLAU, Peter Michael; SCOTT, W. Richard. *Organizações formais: uma abordagem comparativa*. São Paulo: Atlas, 1970.
- BOURDIEU, Pierre. *A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Unesp, 2004.
- BRUYNE, Paul de; HERMAN, Jacques; SCHOUTHEETE, Marc de. *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- BURRELL, G.; MORGAN, G. *Sociological paradigms and organizational analysis*. London: Heineman, 1979.
- COHEN, Jere. De-Parsonizing Weber: a critique of Parsons' interpretation of Weber's sociology. *American Sociological Review*, v. 40, p. 229-241, Apr. 1975.
- COHN, Gabriel. *Crítica e resignação: fundamentos da sociologia de Max Weber*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.
- COHN, Gabriel. Alguns problemas conceituais e de tradução em *Economia e sociedade*. In: WEBER, Max. *Economia e sociedade*. 3. ed, v. 1-2. Brasília: Universidade de Brasília, 2000.
- COHN, Gabriel. (Org.) *Weber*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1989. (Grandes Cientistas Sociais).
- DEMO, Pedro. Teoria — para quê? *Gestão (Org.)*, v. 3, n. 1, jan./abr. 2005. Disponível em: <www.gestaodigital.ufpe.br>. Acesso em: 5 dez. 2006.
- DIAS, Fernando Correia. Presença de Max Weber na sociologia brasileira contemporânea. *RAE*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 47-62, jun./ago. 1974.
- FACHIN, R.; RODRIGUES, S.B. Nova técnica: teorizando sobre organizações — vaidades ou pontos de vista? In: CLEGG, Stewart et al. (Org.). *Handbook de estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, 1998.
- FISCHER, Tânia. Alice através do espelho ou Macunaíma em *campus papagali?* Mapeando rotas de ensino dos estudos organizacionais no Brasil. *O&S*, v. 10, n. 28, 2003.
- GIERE, R. Del realismo constructivo al realismo perspectivo. *Enseñanza de las Ciencias*, n. extra, p. 9-13, 1999.

- GIROLETTI, Domingos Antônio. Balanço crítico sobre o estado da arte dos estudos organizacionais. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 24, 2000, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: Anpad, 2000.
- GOULDNER, Alvin W. Discussion. *American Sociological Review*, v. 13, Issue 4, p. 396-400, Aug. 1948.
- GUERREIRO RAMOS, Alberto. *Administração e contexto brasileiro: esboço de uma teoria geral da administração*. Rio de Janeiro: FGV, 1966.
- GUERREIRO RAMOS, Alberto. A sociologia de Max Weber — sua importância para a teoria e a prática da administração. *Revista do Serviço Público*, v. 57, n. 2, p. 267-282, abr./jun. 2006.
- GUERREIRO RAMOS, Alberto. A sociologia de Max Weber — sua importância para a teoria e a prática da administração. *Revista do Serviço Público*, n. 3, p. 129-139, 1946.
- KAST, Fremont Ellsworth; ROSENZWEIG, James E. *Organização e administração: um enfoque sistêmico*. São Paulo: Pioneira, 1976.
- MARCH, James Gardner; SIMON, Herbert Alexander. *Teoria das organizações*. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1966.
- MARSDEN, R.; TOWNLEY, B. Introdução: a coruja de Minerva: reflexões sobre a teoria prática. In: CEGG, S.; FACHIN, R.; HARDY, C. *Handbook de estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, 2001.
- MISOCZKY, Maria Ceci. Uma defesa da reflexão teórico-crítica na pesquisa e prática da administração pública. In: ENCONTRO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA — ENAPG, 2004.
- MOTTA, Fernando C. Prestes. *Teoria das organizações: evolução e crítica*. São Paulo: Pioneira, 1986.
- NAGEL, Ernest. *Structure of science: the problems in the logic of scientific explanation*. London: Routledge & Kegan Paul, 1961.
- PUGH, D.S. et al. Dimensions of organization structure. *Administrative Science Quarterly*, v. 13, n. 1, p. 65-105, 1968.
- ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. Quem responde pelo desempenho limitado da produção científica em administração no Brasil? *Organizações e Sociedade*, set./dez. 2003.
- SCHWARTZMAN, Simon. Atualidade de Raymundo Faoro. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, 2003. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582003000200001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 jun. 2009.
- TRAGTENBERG, M. Weber (1864-1920): vida e obra. In: WEBER, Max. *Textos selecionados*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 5-24. (Os Pensadores)
- TURNER, Jonathan H. Teorização analítica. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan. *Teoria social hoje*. São Paulo: Unesp, 1999. p. 229-280.

UDY JR., Stanley H. Bureaucracy and rationality in Weber's organization theory: an empirical study. *American Sociological Review*, v. 24, n. 6, Dec. 1959.

VILLAR, Afonso Alvarez. Verbete análise do tipo ideal. In: SILVA, Benedito (Coord.). *Dicionário de ciências sociais*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1987.

WEBER, Max. A objetividade do conhecimento nas ciências sociais. In: COHN, Gabriel. *Weber*. São Paulo: Ática, 1979. p. 79-127.

WEBER, Max. *Economia e sociedade*. 3. ed., v. 1-2. Brasília: Universidade de Brasília, 2000.

WEBER, Max. *Metodologia das ciências sociais*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

WEISS, R.M. Weber on bureaucracy: management consultant or political theorist? *Academy of Management Review*, v. 8, n. 2, p. 242-248, 1983.

WINCKELMANN, Johannes. Prefácio à quinta edição (1976). In: WEBER, Max. *Economia e sociedade*. 3. ed., v. 1-2. Brasília: Universidade de Brasília, 2000.

Leonor Moreira Camara é doutora em administração pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (Eaesp/FGV). E-mail: leonormoreiracamara@gmail.com.